

A questão da identidade pessoal e da continuidade psicológica pela filosofia da mente: um contraponto ao problema hermenêutico ricoeuriano de identidade pessoal

The question of personal identity and psychological continuity for the philosophy of mind: a counterpoint to the Ricoeurian hermeneutical problem of personal identity

Fábio César Junges
Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)
Jeferson Flores Portela da Silva
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Tatiane de Fátima da Silva Pessoa
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
fabiocesarjunges@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/2904093017765049>
jeffvieira30@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/5967430051696937>
tatianefpessoa@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4947621722124593>

Resumo

O artigo busca evidenciar algumas dificuldades na questão acerca da identidade pessoal e da continuidade psicológica. O problema de como uma pessoa se mantém sendo a mesma durante um longo percurso temporal, vem sendo, de certo modo, o objeto de investigação de muitos filósofos que, de maneira particular, empregam uma teoria por eles formulada para solucionar a questão. Assim, a presente investigação inicia mostrando como a identidade pessoal é entendida numa hipótese memorial e, depois, sua articulação com a noção de continuidade psicológica. A memória, no entender de Locke, é considerada como uma consciência e, depois, interpretada como uma mesmidade da pessoa, ou seja, algo fixo, imutável.

Palavras-chave

Identidade pessoal. Continuidade psicológica. Memória. Mesmidade.

Abstract

The article seeks to highlight some difficulties in the question about personal identity and psychological continuity. The problem of how a person remains the same over a long time has been, in a way, the object of investigation of many philosophers, who, in particular, employ a theory formulated by them to solve the question. Thus, the present investigation begins by showing how personal identity is understood in a memorial hypothesis, and then its articulation with the notion of psychological continuity. Memory, in Locke's view, is considered as a consciousness, and then interpreted as a sameness of the person, that is, something fixed, unchanging.

Keywords

Personal identity. Psychological continuity. Memory. Same.

1. Introdução

Ao se fazer simples afirmações na primeira pessoa gramatical, mesmo que de maneira ingênua, estas já estão colocados sob a óptica do sentido do si mesmo enquanto uma identidade (RICOEUR, 1990). Neste caso, este “eu” é um si mesmo ou um ser enquanto ontologia? Ou seja, uma pessoa? Uma coisa? Com as questões acerca do problema de “quem somos?” nasce a problematização da identidade pessoal e sua obscuridade em seus muitos paradoxos da permanência no tempo de uma pessoa sendo a mesma (RICOEUR, 1990).

O dizer “eu sou” pressupõe que eu seja alguém particular, único e, assim, que me distinga das demais pessoas que também são um “eu”. Então, o que faz que eu seja eu mesmo e não uma outra pessoa? Temos uma certeza a priori de que o corpo, a voz, os gestos, a cor, etc., são meus mesmos e de mais ninguém, ou seja, que este “eu” sou eu mesmo? Ao buscar uma luz acerca do que nos dá certeza dessa permanência de nós mesmos sendo a mesma pessoa ao longo do tempo, a questão começa a se tornar um pouco confusa, paradoxal e até mesmo obscura (PELLAUER, 2009, p. 142-149).

Algumas teses dualistas da subjetividade sustentam que existe algo na identidade, que seria, de certa maneira, imutável, isto é, que mesmo com as transformações nos mantemos idênticos ao que éramos no passado. Tais teorias, que buscam reforçar a identidade na concepção de substancialidade, pensam na pessoa como algo isolado, como um centro organizador de todas as nossas vivências, por assim, dizer, um depositário de nossa identidade pessoal (RICOEUR, 1990, p. 138-140).

Todavia, em um cenário de teorias não dualistas, a permanência no tempo da identidade pessoal se torna débil. Mesmo parecendo evidente, todos nós partilhamos certos saberes que são comungados por todos, tais como que a água doce é boa para beber e se hidratar, já a salgada não tem a mesma propriedade de hidratação devido a seu sal. Contudo, o que nos faz ser únicos? Nesse sentido, temos uma crença intuitiva de que somos diferentes dos outros, além das características particulares de cada um, temos a voz, o jeito de caminhar, isto é, particularidades constitutivas de um “eu”, que nos individualiza e nos torna diferentes de qualquer outra pessoa.

2. Identidade pessoal e continuidade psicológica

A questão da identidade pessoal poderia ser levantada da seguinte maneira. O que se ganha ao falar da questão da identidade pessoal? Num primeiro momento, se busca falar da identidade

para saber de quem se fala. Assim, sabemos que a mesma pessoa do passado é a mesma que se encontra no presente, pois, se mantém sendo a mesma ao longo do tempo. Assim:

Quando se fala de Identidade Pessoal não se está portanto a falar de identidade no sentido formal, lógico-matemático, caso em que a identidade é uma relação pela qual por exemplo $A=A$, mas, antes de mais, de um processo cognitivo, um processo de reidentificação do mesmo como o mesmo (MIGUENS, 2001, p. 139).

Para Viana (2010), o problema de saber como um sujeito específico permanece o mesmo em dois momentos distintos de sua vida se apresenta não como uma questão nova na filosofia, mas remonta a toda uma herança clássica, desde os escritos de Locke, quando este faz uso de um dos primeiros critérios identitários, a saber, a memória. Arriscaríamos, assim, em adiantar à problemática que nos serve de leitmotiv: em que consiste o problema da identidade pessoal ao longo do tempo? Uma das muitas questões que surge, seria a seguinte, de acordo com Olson: o que seria necessário e suficiente para um sujeito passado ou futuro ser o mesmo? (2002, §2). Ou então, dadas tais mudanças, como é possível pensar em identidade pessoal de algo que muda ao longo do tempo e, se existe uma identidade, em que consiste esta noção identitária? (NOZICK, 1982, p. 29).

Questões como estas são colocadas sob a ótica de uma identidade numérica que é, segundo Olson “isto e aquilo são numericamente idênticos é dizer que eles são um e o mesmo: uma coisa ao invés de duas” (2002, §2). No entanto, para a identidade numérica reservamos também uma outra distinção em especial, feita por filósofos oriundos de uma tradição francesa, onde a expressão identidade-mesmidade é aplicada à ideia de identidade-numérica (RICOEUR, 1990; REID, 1975; PERRY, 1975)¹. Essa polaridade dita de mesmidade, embora sofra algumas distinções e mudanças dentro de sua interpretação por alguns autores, tem algo todos concordam: sua relação com traços que tornam possível dizer que a pessoa do passado é a mesma que nesse presente, ou seja, uma identidade numérica e, se essa pessoa ainda continuar existindo, será a mesma pessoa que se apresenta no futuro. Ora, não estamos falando de duas identidades pessoais e muito menos de duas

¹ Tanto para Reid (1975) como para Perry (1975), a noção de mesmidade estará um pouco afastada de uma aproximação com a noção ricoeuriana de identidade entendida no sentido do si-mesmo e sua constituição com a noção de ipseidade. Ambos os autores citados, são de orientação inglesa e estão em comunhão com a tomada filosófica de Locke quando este faz uma das primeiras distinções acerca da ideia de identidade pessoal e, assim, buscam no estatuto identitário uma organização para a pessoa via critérios de mesmidade, sendo geralmente tomados pela memória ou por noções cerebrais. Ricoeur, por seu turno, busca numa hermenêutica-narrativa orientada pela fenomenologia husserliana sua estrutura mais íntima da vida humana. Paul Ricoeur busca na questão quem? uma possibilidade de inaugurar um pilar identitário que não se firme unicamente na noção de identidade-idem e nem tampouco na estrutura ipse, mas mantenha entre essas duas noções temporais uma dialética sem término.

pessoas, mas apenas de algo que numericamente é idêntico e, com isso, é uma única pessoa (VIANA, 2010, p. 266-269).

Na contemporaneidade, podemos pensar que essa problemática vem se agravando mais, tanto no campo das ciências humanas como nas ciências psíquicas, biológicas, lógicas, matemáticas, cuja pretensão, às vezes, é colocar a identidade pessoal em uma roupagem tradicionalmente conhecido pela apologia da permanência da mesmidade. Na filosofia moderna, Descartes é um dos primeiros a defender uma identidade pautada na noção de uma substancialidade metafísica (DESCARTES, 1996, p. 92). Podemos dizer que a significação forte do “eu penso” em Descartes, depende dessa pretensão de fundamento último e, assim, causa sua defesa e recusa (POPKIN, 1996, p. 3-4). E, ainda, Bogéa acrescenta que a pretensão cartesiana é “encontrar uma base para a verdade que fosse imune à qualquer questionamento cético [...]” (2010, p. 124). Em comunhão com a proposta cartesiana, encontramos essa mesma defesa na filosofia de Leibniz (1983, p. 174).

No entanto, de acordo com Descartes e Leibniz, ainda que a pessoa tenha uma mesma alma ou uma mesma característica física que a identifique como a mesma, como podemos juntar essas duas entidades e dizer que são uma mesma pessoa? Um outro problema surge através das filosofias de cunho inglês, nas quais, em certo ponto, o critério identitário aparecerá sendo o cérebro da pessoa, em outros a memória, para alguns a própria ideia de razão ou do cérebro enquanto provedor da razão (VIANA, 2010, p. 267-170). Nesse ponto, não podemos deixar de citar a discussão que Paul Ricoeur faz com Derek Parfit, que pensa a identidade como importante apenas em níveis cerebrais, ou seja, o corpo, a história da pessoa, o mundo, nada necessita ser considerado quando se fala de identidade, pois nem essa existe. O que se tem, para Parfit, é uma continuidade psicológica provida pelo cérebro (1984, p. 75).

A ideia é pensar o estatuto da identidade pessoal enquanto uma continuidade psicológica. Em nenhum momento, neste artigo, nossa proposta ousará oferecer uma resposta definitiva para a problemática. A intenção é tecermos algumas reflexões que permitam introduzir o leitor na discussão das diferentes formas de se pensar o problema da identidade pessoal. Identidade pessoal enquanto uma noção de continuidade psicológica é apenas uma maneira de constituir um debate acerca da questão identitária, as quais buscam na pessoa uma defesa de sua constituição com o mundo e incorporam toda a sua história de vida e as noções de mesmidade e ipseidade. Estou a mencionar aqui, Paul Ricoeur, mas também, Dilthey e MacIntyre.

Ao buscar um critério substancial da identidade pessoal, onde possamos apoiar o critério de permanência no tempo, já encontramos num nível pré-analítico, um pensamento intuitivo num certo senso comum acerca de nossa permanência no tempo como sendo a mesma pessoa, apesar das mudanças que ocorrem no corpo, voz, forma de caminhar, enfim, na pessoa como um todo (RICOEUR, 1990).

Na literatura inglesa, Reid diz que vê “claramente que a identidade supõe uma continuação ininterrupta da existência. Aquilo que cessou de existir não pode ser o mesmo que aquilo que em seguida começou a existir” (1975, p. 108). É em Locke que vamos ter uma das primeiras discussões acerca do problema da continuidade psicológica. No referido autor, lembramos do exemplo do príncipe e do sapateiro, em que uma pessoa do passado pode ser numericamente idêntica à uma outra pessoa no futuro, isso se alguma dessas pessoas, tiver ou houver, memórias da pessoa no passado (VIANA, 2010, p. 269-272).

Assim, a tese do referido filósofo busca mostrar que a pessoa que ocupa o corpo do sapateiro é o príncipe, uma vez que o sapateiro é psicologicamente contínuo com o príncipe. No entanto, sua teoria apresenta algumas dificuldades que estaremos evidenciando, uma das quais, o britânico Bernard Williams demonstrou em um exemplo mais sofisticado do que o apresentado por Locke. Vejamos: Williams cria (elabora) Charles, um homem do dia-a-dia e esse adquire características mentais de Guy Fawkes (um sujeito que morreu enforcado em 1606 por tentar matar todo o parlamento inglês). Ora, a ideia que se segue é a seguinte. Se A (Charles) tiver alguma memória de B (Fawkes), então, pela teoria de Locke, $A=B$. Até aqui não poderíamos ser questionados, pois a hipótese de Locke dá conta do problema, no entanto, Williams, provoca uma transformação em uma pessoa C (Robert).

Assim, tanto A como C são psicologicamente contínuos com B. Se o critério de identidade pessoal, nesse caso, não é mais algo substancial do ponto de vista corpóreo, como a mesmidade, então, temos na continuidade psicológica um novo critério identitário, pois, tanto A como C são idênticos a B. Logo, A e C são o mesmo que B. No entanto, como explicar a semelhança entre A e C uma vez que são idênticos entre si? Tanto A como C são qualitativamente similares, pois ambos têm a memória de B, mas numericamente são duas pessoas diferentes. Este é para nós, o maior problema da duplicação em Locke, pois não encontramos uma solução plausível para a querela da identidade pessoal (LOCKE, 1975).

Dessa maneira, a questão acerca da identidade passa a não ser mais dita pelo “o que permanece?”, mas “como permanece?” (VIANA, 2010, p. 275-276). No entanto, o que seria a

própria noção de continuidade? Dentro de muitas respostas acerca desse problema, temos autores que buscam firmar a identidade em um critério físico e histórico da pessoa, outros em uma dimensão psicológica. Como se percebe, é delicado se ter uma noção satisfatória de continuidade e, ainda mais, se faz necessária a pergunta se, de fato, tal noção atesta uma certa permanência da pessoa, mantendo-se a mesma ao longo do tempo.

Pela ideia de permanência no tempo, entendemos a mesmidade sendo aqui disposta como uma memória que mantém a identidade pessoal de um eu passado e sendo o mesmo de um eu futuro. No entanto, a continuidade não pode ser pensada como algo objetal, de maneira a se colocar na ótica da mesmidade, e, sendo assim, a continuidade psicológica funcionará como um “critério” de identificação. Sendo assim, o problema não consiste mais em explicar “o que” permanece sendo a identidade de uma pessoa, mas sim, “como” permanece sendo a mesma, isto é, não estamos mais na esteira da mesmidade, mas no âmbito de uma unidade, ou seja, como muitos elementos vão constituir e dar identidade a uma única realidade (VIANA, 2010, p. 275-279).

Entendemos que existe um vínculo de aspectos psicológicos entre pessoas, em conexão com o passado, o presente e, também, o futuro. Nesse critério, a proposta está em perceber uma unidade entre os sujeitos que compartilham dessa mesma psicologia, ou seja, crenças, valores, desejos, hábitos, costumes, entre outros.

3. A natureza da continuidade psicológica e a questão da identidade pessoal

Em relação ao problema da continuidade psicológica, temos no processo de união entre passado, presente e futuro, a memória com um papel central para a unidade desses espaços temporais (VIANA, 2010). Essa tese é endossada por Perry, quando diz o seguinte: “estágios de pessoa pertencem à mesma pessoa se e somente se o mais recente deles puder conter uma experiência que é memória de uma consciência reflexiva [...]” (1975, p. 15). O mesmo observa Parfit, ao afirmar que é na memória que se tem a capacidade de armazenamento mais satisfatória na organização e compreensão do que se entende por uma continuidade psicológica (1984, p. 204-205). No entanto, lembramos que, para o referido filósofo, a memória não será assim tão elementar no critério de continuidade psicológica, pois o que se tem em pauta é a continuidade da memória. Ora, é a memória que nos torna sujeitos conscientes dentro de uma existência continuada e acaba nos dando uma continuidade ao longo do tempo, mas não precisamente que isso seja uma memória, acoplada em uma ideia de mesmidade, mas sim uma certa continuidade psicológica de memórias (PARFIT, 1984, p. 205).

Sendo assim, uma das críticas que Parfit recebe acerca dessa visão da identidade pessoal pela continuidade psicológica se resume da seguinte maneira:

Procurar sustentar uma identidade pessoal seria, segundo a sua [de Parfit] visão, tão sensato como perguntarmo-nos se em face de uma linha geométrica bifurcada, as duas linhas criadas seriam idênticas ou não à primeira. Ou então, se se preferir uma analogia biológica, seria o mesmo, para Parfit, se nos perguntássemos se as amibas derivadas da sua natural biseção reprodutiva são ou não a mesma do que aquela que esteve na sua origem. Segundo o filósofo inglês, quando nos confrontamos com este tipo de dilemas as nossas respostas são em parte positivas, em parte negativas, o que mostra, segundo ele, o carácter vago e impreciso da questão posicionada (CORREIA, 2013, p. 102).

A crítica que Parfit sofre, juntamente com outros filósofos que buscam defender uma teoria da identidade sem buscar certos traços corporais/narrativos, se encontram em algumas dificuldades. Uma delas e, quem sabe, a central, seria se questionar pelo papel da mesmidade. Pois, se não temos uma base de mesmidade para apoiar a noção identitária em um determinado tempo e nem mesmo a memória pode ser entendida como essa estrutura sólida, então, como a memória compreendida como uma continuidade de memórias poderia garantir a identidade de uma pessoa? Ora, a noção memorial pode ser entendida como uma unidade entre momentos temporais da identidade pessoal, assim, mesmo ela não sendo tomada como uma mesmidade, é um bom fiador para garantir a identidade de uma pessoa².

Uma das primeiras questões é esquecer a noção de memória enquanto algo objetual ou estático, como se isso fosse possível de ser apenas de um si mesmo. Por conseguinte, a memória pode ser pensada nos termos de uma continuidade psicológica como lembranças, isto é, representações mentais (VIANA, 2010, p. 275-277). O sentido de memória, como se conhece pelo senso comum, congrega em si muito mais dados do que podemos nos lembrar. Por exemplo, recentemente as pesquisas na neurociência vêm mostrando que, do ponto de vista neuroquímico, as sinapses permanecem sob um não estímulo por longos períodos temporais.

Para Viana (2010), podemos dizer que existem casos de memórias que nunca mais voltaram a ser recordadas, e, portanto, uma pessoa pode, assim, perder sua memória sobre alguns acontecimentos isolados de sua vida (IZQUIERDO, 2004, p. 46-47).

Assim, percebemos que, se a noção de identidade pessoal for pensada tendo como sua base a memória, já sabemos que essa noção não conseguirá abarcar a totalidade que a pessoa fez em

² Ver: VIANA, C, A. Identidade pessoal e continuidade psicológica. In: *Kinesis*: V II, N3, abril de 2010, p. 266-283; PINHEIRO, U. O estatuto ontológico das pessoas no ensaio de Locke. In: *Revista Latinoamericana de Filosofia*. V XXXVIII, N 2, Primavera de 2012.

todo o seu percurso de vida e, assim, se tornará uma base insatisfatória para o estatuto de identidade pela ideia de uma continuidade psicológica.

A obscuridade da questão se mostra na impossibilidade de a memória ser fiel em suas lembranças. No ano de 2001, Daniel Schacter publica *Os Sete Pecados da*

Memória – Como a mente esquece e lembra, onde o autor coloca alguns erros causados pela memória: transitoriedade, distração, bloqueio, atribuição errada, sugestibilidade, distorção e persistência. Com isso, ao se fazer a opção de trabalhar a noção da memória enquanto critério identitário terá que se fazer uma distinção entre memória verídica e memória falsa, mas sem vincular essa distinção ao conceito de identidade pessoal.

É em Locke que encontramos um dos primeiros trabalhos filosóficos referindo-se à memória como possibilidade de uma identidade metafísica e não ontológica substancial. Ou seja, fundamenta a memória como critério de identidade, rompendo com uma ideia de identidade oriunda de Aristóteles a partir das teses que pautam o sujeito numa ontologia substancial. A noção de memória, em Locke, não é a mesma comungada pelas discussões que temos na continuidade psicológica desenvolvida por teóricos contemporâneos, pois Locke sustenta a possibilidade de a identidade pessoal não ser caracterizada por nenhuma substancialidade. Para A ser B em um outro espaço temporal, não adianta recorrer-se a uma série de lembranças ou características físicas, pois isso não determina que A e B sejam um mesmo corpo idêntico (LOCKE, 1975, p. 339).

Então, se não temos identidade pessoal pela memória ou qualquer traço característico que me identifique com o outro do passado, como explicar a identidade dessa pessoa do presente? Ora, o estatuto da identidade pessoal em Locke é contextualizado pela noção de consciência. Mas, consciência não estaria dentro de uma certa especificidade característica de uma pessoa? Para o filósofo inglês, a consciência ainda não seria suficiente para dar suporte à identidade, pois ela é exclusivamente uma consciência de si e de seu passado, ou seja, estar consciente de suas ações e de sua vida. Com essa defesa, a argumentação de Locke mostra uma grande necessidade de aparamento na memória como uma vinculação íntima daquilo que lembramos de ter feito e com o que somos hoje. Por meio da consciência, a pessoa (agente da ação) percebe que é o mesmo agente que praticou tal ação num passado longínquo, ação que agora está (presente), pode ser lembrada para felicidade ou tristeza (LOCKE, 1975, p. 345-346, item 25).

Vejamos o seguinte exemplo fornecido por Correia que trata exclusivamente da memória enquanto uma consciência:

Assim, sem qualquer dificuldade, podemos ser capazes de compreender a mesma pessoa aquando da ressurreição, embora num corpo não exactamente igual na estrutura ou nas partes que ele tinha neste mundo (...). Se a alma de um príncipe, transportando consigo a consciência da vida passada de príncipe, penetrar e habitar o corpo de um sapateiro, mal este tenha sido abandonado pela sua própria alma, todos poderíamos verificar que ele seria a mesma pessoa que o príncipe, apenas responsável pelas acções do príncipe; mas quem é que diria que era o mesmo ser humano [do que o príncipe]? Também o corpo contribui para a feitura do ser humano e, para toda a gente, suponho eu, determinaria o ser humano neste caso, pelo que a alma, comportando todos os pensamentos principescos não constituiria outro ser humano e o sapateiro continuaria a ser o mesmo para todos excepto para si próprio (CORREIA, 2013, p. 105).

Quando falamos em consciência, se busca evidenciar, na teoria de Locke, que não temos apenas uma consciência desse ato atomizado, isto é, presente vivo, mas de um passado também. Portanto, Locke mantém-se sendo um filósofo que pensa a identidade pessoal pela ótica da memória (ENGEL, 1996, p. 166). Todavia, existe uma distinção bastante importante no autor, a saber, memória e consciência são diferentes: acerca disso Reid nos fala diz que “as faculdades da consciência e da memória são distinguidas principalmente pelo seguinte, que a primeira é um conhecimento imediato do presente, e a segunda é um conhecimento imediato do passado” (ENGEL, 1975, p. 115).

O critério de Locke para a identidade pessoal está pautado na pessoa ser cónscia de que ela mesma é o agente de suas acções, no passado e, agora, no presente. Por vezes, tais lembranças de coisas que foram feitas podem não ser boas, no entanto, são suas, e assim, constituem-se numa vinculação da pessoa do passado com a do presente tendo uma identidade comum entre o “eu” passado e o “eu” presente. Com isso, Locke diz o seguinte: que na identidade pessoal, se trata de uma mesma “consciência sendo preservada, seja na mesma substância ou em diferentes substâncias, a identidade pessoal é preservada” (1975, p. 338, item 13).

Como se percebe, a tese de Locke se resume à memória enquanto um critério seguro para pensar a identidade pessoal. O autor chega a mencionar o exemplo de que, se a consciência estivesse junto ao dedo mínimo e num ato trágico fosse decepado tal dedo, o dedo seria, nesse caso, o mesmo eu de que no passado foi feita menção sendo visto como um corpo inteiro, isto tendo presente que era uma parte de si mesmo e que suas acções seriam agora suas próprias acções (LOCKE, 1975, p. 342).

Uma outra maneira de abordagem do problema da identidade pessoal via memória seria pensarmos numa pessoa com sintomas de amnésia. Assim, se identidade pessoal, de acordo com a filosofia lockeana se constitui na continuidade psicológica firmada na memória, como salvaguardar a identidade se a pessoa vier a padecer de uma amnésia? Segundo Reid, mesmo que

a memória seja um forte traço identitário, ela ainda estaria sendo apenas uma evidência da identidade pessoal, pois não é a memória uma base segura para dizer que a pessoa se mantém a mesma ao longo do tempo (VIANA, 2010, p. 174-180). Assim, a memória tão fundamental na filosofia de Locke para a noção de identidade, agora, com Reid, se torna uma característica do problema identitário e não sua causa (1975, p. 116).

O problema acerca da memória como base para pensarmos a questão identitária, decorre de que, se tomamos a memória como um critério seguro, a pessoa poderia ser apenas aquilo de que ela se lembra. Portanto, isso tornaria a questão ainda mais complexa, além de apontar vários problemas no estatuto identitário formulado por Locke. Para Butler, por mais que a consciência do que é pertencente ao passado determine a nossa identidade pessoal no presente, a memória é a garantia máxima de que a pessoa existiu em tal lugar, data, momento. Já os momentos de que ela não se lembra praticamente deixaria de fazer parte de sua existência. Então, podemos pensar que a consciência da identidade pessoal que temos pode ser auto evidente, assim, pressupõe a própria identidade do que somos (1975, p. 100).

Com isso, quando nos indagamos pela permanência no tempo de nossa identidade, uma questão seria pensar como responder a essa pergunta “Quem sou”? Segundo Butler, o problema é que já partimos da ideia de que a identidade se dá numa continuidade psicológica. Já partindo dessa ideia da identidade pessoal pela continuidade psicológica, então, deveríamos fazer uma leitura da identidade pela noção substancial (1975, p. 101).

Conclusão

O artigo procurou trazer à luz a questão acerca do ente da identidade pessoal. O problema decorre do estatuto da identidade pessoal ser esgotado ou se a questão apresenta como solução uma não solução. A pergunta pelo quem? Como diz Paul Ricoeur, se mantém latente (RICOEUR, 1990). Por isso, mesmo as noções de identidade pessoal, de continuidade psicológica e de memória ocuparam um lugar fundamental na presente reflexão.

Dessa maneira, quando nos indagamos pela seguinte referência: “eu sou o garoto que roubava melancia da roça do vizinho quando era pequeno?”, podemos pensar em um certo sentido que a resposta é sim, pois era fulano de tal naquele momento. No entanto, já não é a mesma pessoa de que a memória faz referência.

Com isso, a questão identitária e da memória, tanto na filosofia como em outras ciências como a psicologia ou a ciência da mente (neurociência), se torna um problema em constante

discussão e renovação de seus argumentos pro e contra as teses de identidade pessoal e memória particular ou coletivas. A questão da memória, do esquecimento e da identidade pessoal se entrecruzam, fazendo tais problemas serem colocadas sob diversos ângulos. Além de pensar no risco que se tem ao esquecer coisas, datas e informações, se pensa também numa comunidade, em como isso seria drástico e penoso o sentimento de perda de sua identidade, de não reconhecimento de seus costumes, normas éticas e história. Nessa esteira de pensamento, podemos lembrar da preocupação de Ricoeur (2007) ao mencionar o excesso da memória em uma constante busca de vestígios, aos quais justifica em seu passado as ações do presente (RICOEUR, 2007, p. 47).

Ou seja, existe um risco gradual de esquecer sua história, ou então, de ser colocada uma outra narrativa em sua vida ou grupo que não seja a verdadeira referência. Talvez pelo medo do esquecimento, que se tem o sentimento na sociedade moderna de uma valorização pelas instituições que zelam pela solidez da história de sua cultura, de seu povo (RICOEUR, 2007, p. 47). E dessa maneira que o problema entre identidade pessoal, memória e continuidade psicológica se interligam, fazendo assim, ser um problema cada vez mais complexo e desafiador tanto para a filosofia como qualquer ciência que trate da pessoa ou dos níveis de recordações da constituição de sua identidade singular ou coletiva.

Referências

- BUTLER, J. Of personal identity. In: PERRY, J. (Org.) *Personal identity*. London: University of California Press, 1975. p. 99-105.
- CORREIA, C. J. *Sentimentos de si e identidade pessoal*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.
- DESCARTES, R. *Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ENGEL, P. *Introdução à filosofia do espírito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- IZQUIERDO, I. *A arte de esquecer: cérebro, memória e esquecimento*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004.
- LEIBNIZ. *Novos Ensaios sobre o entendimento humano*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LOCKE, J. *An essay concerning human understanding*. Oxford: The Clarendon Press, 1975.
- MIGUENS, S. Problemas de identidade pessoal. In: *SPA.E. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. FLUP, Março de 2001, pp. 139-163.
- NOZICK, R. *Philosophical explanations*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1982.
- OLSON, E. T. *Personal identity*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/identity-personal/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- PARFIT, D. *Reasons and persons*. Oxford: ClarendonPress, 1984.

PERRY, J. The problem of personal identity. In: PERRY, J. (Org.) *Personal identity*. London: University of California Press, 1975. p. 3-30.

PELLAUER, David. *Compreender Ricoeur*. Tradução de Marcus Penchel. São Paulo: Vozes, 2009.

POPKIN, Richard. *Ceticismo*. Organização de Emílio Eigenheer. 2. ed. Niterói: EdUFF, 1996.

PINHEIRO, U. *O estatuto ontológico das pessoas no ensaio de Locke*. Revista Latinoamericana de Filosofia, n. 2, primavera de 2012.

REID, T. Of Identity. In: PERRY, J. (Org.) *Personal identity*. London: University of California Press, 1975. p. 107-112.

RICOEUR, P. *Soi-même comme un autre*. Seuil: Paris, 1990.

_____. *Memória, história e esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

VIANA, C, A. Identidade pessoal e continuidade psicológica. *Kinesis*, v. 2. n. 3, p. 266-283, abr. de 2010.

Recebido em 22/08/2018

Aprovado em 29/10/2018